

Tibre Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 62.042.890/0001-51

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO		
Senhores Cotistas,		
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2011, da Tibre Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Tibre DTVM), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.		
No semestre, a Tibre DTVM registrou Lucro Líquido de R\$ 1,013 milhão, correspondente a R\$ 56,28 por lote de mil cotas, Patrimônio Líquido de R\$ 34,095 milhões e Ativos Totais de R\$ 34,973 milhões.		
Osasco, SP, 26 de julho de 2011.		
Diretoria		

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil					
ATIVO	2011	2010	PASSIVO	2011	2010
CIRCULANTE	34.458	32.261	CIRCULANTE	714	556
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	4	9	OUTRAS OBRIGAÇÕES	714	556
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	-	31.854	Sociais e Estatutárias (Nota 11c)	27	23
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	31.854	Fiscais e Previdenciárias (Nota 10a)	579	405
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6a)	34.272	234	Diversas (Nota 10b)	108	128
Carteira Própria	34.272	234	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	164	1
OUTROS CRÉDITOS	182	164	OUTRAS OBRIGAÇÕES	164	1
Rendas a Receber	46	17	Fiscais e Previdenciárias (Nota 10a)	149	1
Diversos (Nota 7)	136	147	Diversas (Nota 10b)	15	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	106	117	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	34.095	32.230
OUTROS CRÉDITOS	106	117	Capital:		
Diversos (Nota 7)	106	117	- De Domiciliados no País (Nota 11a)	18.000	18.000
PERMANENTE	409	409	Reservas de Lucros (Nota 11b)	16.095	14.230
INVESTIMENTOS (Nota 8)	409	409			
Outros Investimentos	453	453			
Provisões para Perdas	(44)	(44)			
TOTAL	34.973	32.787	TOTAL	34.973	32.787

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil			DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil					
	2011	2010	Capital Social		Reservas de Lucros			
			Capital Realizado	Aumento de Capital	Legal	Estatutárias	Lucros Acumulados	Totais
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.835	1.324						
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6b)	1.835	1.324						
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.835	1.324						
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(179)	12						
Outras Despesas Administrativas (Nota 12)	(125)	(120)						
Despesas Tributárias (Nota 13)	(107)	(81)						
Outras Receitas Operacionais (Nota 14)	76	218						
Outras Despesas Operacionais (Nota 14)	(23)	(5)						
RESULTADO OPERACIONAL	1.656	1.336						
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	1.656	1.336						
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 16)	(643)	(461)						
LUCRO LÍQUIDO	1.013	875						
Número de cotas (Nota 11a)	18.000.000	18.000.000						
Lucro por lote de mil cotas em R\$	56,28	48,61						

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil			DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil				
	2011	2010	Descrição	2011	%	2010	%
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			1 - RECEITAS	1.888	107,1	1.537	108,5
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.656	1.336	1.1) Intermediação Financeira.....	1.835	104,1	1.324	93,5
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	1.656	1.336	1.2) Outras	53	3,0	213	15,0
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	(1.308)	2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(125)	(7,1)	(120)	(8,5)
(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários para Negociação	(717)	341	Publicação	(101)	(5,7)	(102)	(7,2)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(68)	(223)	Serviços Técnicos Especializados	(18)	(1,0)	(15)	(1,1)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	15	(1.446)	Serviços do Sistema Financeiro	(5)	(0,3)	(3)	(0,2)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(927)	(342)	Outras	(1)	(0,1)	-	-
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	(41)	(1.642)	3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	1.763	100,0	1.417	100,0
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:			4 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	1.763	100,0	1.417	100,0
Alienação de Investimentos	-	1.460	5 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	1.763	100,0	1.417	100,0
Dividendos Recebidos	34	186	5.1) Impostos, Taxas e Contribuições	750	42,5	542	38,2
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	34	1.646	Federais	750	42,5	542	38,2
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(7)	4	5.2) Remuneração de Capitais Próprios	1.013	57,5	875	61,8
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	11	5	Dividendos	10	0,6	8	0,6
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	4	9	Lucros Retidos	1.003	56,9	867	61,2
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(7)	4					

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Tibre Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Tibre DTVM) é uma Instituição financeira que tem por objetivo efetuar operações de intermediação no mercado aberto, além de gerir e administrar recursos de terceiros. É parte integrante da Organização Bradesco, sendo suas operações conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiro e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), e do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável. Incluem estimativas e premissas, tais como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento, ativos não financeiros e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 26 de julho de 2011.

3) PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *"pro-rata"* dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionados a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em ouro, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários - Classificação

Títulos para negociação – adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda – que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período, e ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e

Títulos mantidos até o vencimento – adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos – Diversos", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas é registrada na rubrica "Outras Obrigações – Fiscais e Previdenciárias".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%.

A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando à alíquota de 15% para empresas do segmento financeiro.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas Leis, estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

g) Investimentos

Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas e da redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

h) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), e caso seja detectada uma perda, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável (apurado: (i) pelo seu potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas ou (ii) pelo valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa, dos dois o maior).

Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

i) Provisões, ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN e pela Deliberação CVM nº 594/09, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas (Nota 9a);

- Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança; e

- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas (Nota 9b e c).

j) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *"pro-rata"* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *"pro-rata"* dia).

k) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 30 de junho - R\$ mil		
	2011	2010
Disponibilidades em moeda nacional	4	9
Total de disponibilidades (caixa)	4	9
Total caixa e equivalentes de caixa	4	9

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Em 30 de junho de 2011 não possuía Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (2010 – R\$ 31.854 mil, referentes a aplicações em Depósitos Interfinanceiros, com prazo de vencimento de 91 a 180 dias). A receita correspondente a 2010 foi de R\$ 1.308 mil (Nota 6b).

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação por categorias e prazos

Em 30 de junho - R\$ mil						
Títulos (1)	2011		2010			
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/ contábil (2)	Valor de custo atualizado
Títulos para negociação: (3)						
Letras financeiras do tesouro	-	683	1.586	16.313	18.582	18.582
Letras do tesouro nacional	282	-	-	185	467	467
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-
Certificados de depósito bancários ..	-	-	-	289	289	289
Debêntures	-	-	-	296	296	296
Outros	-	-	-	2.145	2.145	2.145
Operações compromissadas	12.154	339	-	-	12.493	12.493
Total em 2011	12.436	1.022	1.586	19.228	34.272	34.272
Total em 2010	73	15	55	91		234

(1) As aplicações em cotas de fundos exclusivos de investimento administrados pelo Conglomerado Bradesco, no montante de R\$ 34.272 mil (2010 – R\$ 31.854 mil) foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, e no caso de operações compromissadas, pelos respectivos papéis que estão lastreados as operações, preservando a classificação da categoria dos fundos. Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil;

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas; e

(3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante.

b) Resultado de títulos e valores mobiliários

Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil		
	2011	2010
Receita de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)	-	1.308
Rendas de aplicações em fundos de investimento	1.835	16
Total	1.835	1.324

c) A Tibre DTVM não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos em 30 de junho de 2011 e de 2010.

7) OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

Em 30 de junho - R\$ mil		
	2011	2010
Devedores por depósitos em garantia	18	17
Créditos tributários (Nota 16c)	198	200
Impostos e contribuições a compensar	7	34
Outros	19	13
Total	242	264

8) OUTROS INVESTIMENTOS

Em 30 de junho - R\$ mil		
	2011	2010
Investimentos por incentivos fiscais	46	46
Ações e Cotas	407	407
Subtotal	453	453
Provisão para perdas em investimentos por incentivos fiscais	(44)	(44)
Total	409	409

9) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Passivos Contingentes classificados como perdas prováveis

A Instituição é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Instituição entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras". Nos processos em que é exigido depósito judicial, o valor das contingências trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos.

II - Provisões Constituídas

As provisões constituídas correspondem a contingências trabalhistas nos montantes de R\$ 15 mil (2010 – R\$ 15 mil) e estão registradas em "Outras obrigações – diversas" (Nota 10b).

c) Passivos Contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso

Tibre Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 62.042.890/0001-51

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

12) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2011	2010
Publicação	101	102
Serviços técnicos especializados	18	15
Serviços do sistema financeiro	5	3
Outros	1	-
Total	125	120

13) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2011	2010
Contribuição ao COFINS	75	54
Contribuição ao PIS	12	9
Impostos e taxas	20	18
Total	107	81

14) OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2011	2010
Reversão de outras provisões operacionais	11	24
JCP/Dividendos recebidos	64	193
Variações monetárias	(22)	(4)
Total	53	213

15) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com o controlador e empresas ligadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas por terceiros, e vigentes nas datas das operações, e estão assim representadas:

	Em 30 de junho - R\$ mil			
	2011 Ativos (passivos)	2010 Ativos (passivos)	2011 Receitas (despesas)	2010 Receitas (despesas)
Disponibilidades:				
Banco Bradesco S.A.	4	9	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros:				
Banco Bradesco S.A.	-	31.854	-	1.308
Dividendos:				
Banco Bradesco Financiamentos S.A.	(27)	(23)	-	-

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Atualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

A Instituição é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração

Tibre Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Tibre Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

16) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2011	2010
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	1.656	1.336
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente (1)	(662)	(534)
Despesas indebitáveis líquidas de receitas não tributáveis	7	60
Outros valores	12	13
Imposto de renda e contribuição social do semestre	(643)	(461)

(1) A alíquota da contribuição social para as empresas do segmento financeiro foi elevada para 15%, de acordo com a Lei nº 11.727/08 (Nota 3f).

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2011	2010
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social, devidos	(639)	(423)
Impostos diferidos		
Constituição/(realização) no semestre, sobre adições temporárias	(4)	(38)
Total dos impostos diferidos	(4)	(38)
Imposto de renda e contribuição social do semestre	(643)	(461)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 31.12.2010		Em 30 de junho de 2011 - R\$ mil	
	Constituição	Realização	Saldo em 30.6.2011	
Provisões para perdas trabalhistas	6	-	6	
Provisões para perdas de investimentos	68	-	68	
Provisões para desvalorização de títulos patrimoniais	80	-	80	
Outros	48	8	44	
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias (Nota 7)	202	8	198	
Obrigações fiscais diferidas (Nota 10a)	1	-	1	
Crédito tributário líquido das obrigações fiscais diferidas	201	8	197	

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 30 de junho de 2011 - R\$ mil	
	Imposto de renda	Contribuição social
2011	62	37
2012	30	18
2013	24	14
2014	8	5
Total (Nota 7)	124	74

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 190 mil (2010 – R\$ 188 mil) de diferenças temporárias.

17) OUTRAS INFORMAÇÕES

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, alguns procedimentos contábeis e suas interpretações foram emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovado pelo CMN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados foram:

- Resolução nº 3.566/08 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 – Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 – Evento subsequente (CPC 24); e
- Resolução nº 3.989/11 – Pagamento baseado em Ações (CPC 10).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva. Com isso ainda não é possível quantificar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações contábeis da Instituição.

A DIRETORIA

Célio Magalhães – Contador – CRC 1SP199295/O-5

O triunfo (nas eleições) é reconhecimento da gestão.

A presidente argentina, Cristina Kirchner.



Iraquianos observam danos em igreja após ataque de motocicleta-bomba em Kirkuk, ao norte de Bagdá.

Um dia de fúria no Iraque

Atentados coordenados em pelo menos 17 cidades deixam mais de 60 mortos

O Iraque viveu ontem o dia mais sangrento das últimas semanas e um dos mais violentos do ano em uma série de atentados em pelo menos 17 cidades que deixou 63 vítimas e mais de 250 feridos. Segundo autoridades, a onda de ataques foi aparentemente coordenada e realizada por grupos ligados a Al-Qaeda.

No pior ataque, uma bomba colocada em uma rua, seguida de um carro-bomba, que tinham como alvo a polícia, mataram ao menos 37 pessoas em Kut, uma cidade de maioria xiita situada 150 quilômetros a sudeste da capital, Bagdá, disseram fontes da polícia.

Na província de Diyala, sete bombas explodiram na capital Baquba e em cidades próximas,

disse Faris al-Azawi, porta-voz do diretório de saúde local.

Nas proximidades da cidade sagrada de Najaf, um suicida jogou seu carro contra um posto policial, disse Luay al-Yassiri, chefe do comitê de segurança provincial. Seis pessoas morreram e 32 ficaram feridas.

Em Kerbala, um carro estacionado explodiu, matando três policiais e deixando 14 feridos, segundo policiais.

Ao norte, em Kirkuk, um carro-bomba explodiu perto de uma patrulha policial, ferindo quatro policiais. Trinta minutos mais tarde, uma pessoa foi morta quanto uma motocicleta-bomba explodiu perto da Igreja Ortodoxa Síria.

Em Iskandiriyah, a explosão de um carro-bomba estacionado, quando passava uma patru-

lha da polícia, deixou dois mortos. Outra pessoa foi morta por uma bomba em Mossul, também no norte do país.

Em Bagdá, um carro explodiu perto de um comboio que levava funcionários do Ministério de Educação Superior, deixando oito feridos.

A violência destaca a persistente capacidade dos insurgentes de causar estragos em um momento em que autoridades iraquianas avaliam se têm capacidade de proteger o país sem a assistência dos EUA.

"Esses ataques... estão tentando minar a confiança das forças de segurança", declarou o general Qassim al-Mousawi, porta-voz para as operações de segurança de Bagdá, culpando grupos ligados a Al-Qaeda. (Agências)

BOLÍVIA

Uma marcha contra uma estrada financiada pelo Brasil, bloqueios de vias que paralisaram o acesso ao aeroporto de La Paz e manifestações no departamento de Potosí (centro) compuseram ontem a onda de protestos "fogo amigo" contra o presidente da Bolívia, Evo Morales.

Mais de 500 indígenas iniciaram ontem em Trinidad, capital do departamento (Estado) de Beni, no norte, uma marcha de 500 quilômetros rumo a La Paz para rejeitar a construção de uma rodovia que cortaria uma reserva de 1,2 milhão de hectares.

ARGENTINA

A presidente Cristina Kirchner confirmou sua liderança na corrida eleitoral da Argentina ao obter 50,07% dos votos nas primárias de domingo, quase 38 pontos percentuais de vantagem sobre o radical Ricardo Alfonsín, à frente de uma aliança com peronistas dissidentes, que recebeu 12,17% de apoio, conforme o balanço de 96,8% das urnas apuradas. (Agências)



EGITO

O julgamento do ex-ditador egípcio Hosni Mubarak, cuja segunda sessão ocorreu ontem, foi adiado para o dia 5 de setembro. O júri decidiu parar de televisualizar o que ocorre dentro dos tribunais com o objetivo de "proteger o interesse público". Mubarak, de 83 anos, é acusado de autorizar o uso de munição real contra manifestantes, corrupção e abuso de poder. (Agências)

David Mercado/Reuters



Caminhada de indígenas rumo a La Paz deve durar um mês

Lideranças indígenas dizem que, além da caminhada, querem conversar com autoridades brasileiras.

A estrada de 306

quilômetros, a ser construída pela brasileira OAS, é orçada em US\$ 415 milhões, dos quais US\$ 322 milhões virão do BNDES. (Folhapress)